



MANIFESTO SOBRE AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026 NO BRASIL

ÀS AUDITORAS E AOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO E À SOCIEDADE BRASILEIRA

A Associação Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (ANAFITRA), no cumprimento de sua missão de defender a Inspeção do Trabalho e a dignidade de quem trabalha, dirige-se à categoria e à sociedade às vésperas do primeiro turno das Eleições Gerais, no Brasil, que está marcado para o próximo dia 4 de outubro de 2026.

Neste pleito, o eleitorado escolherá quem conduzirá o Poder Executivo Federal e quem comporá o Congresso Nacional pelos próximos anos. Serão essas as instâncias que decidirão sobre o futuro do país, incluindo as questões do trabalho.

A ANAFITRA não apoia candidaturas nem partidos. Seu propósito é afirmar valores e convidar cada cidadão e cada cidadã a confrontar as propostas em disputa com os compromissos que sustentam o trabalho decente no Brasil.

A INSPEÇÃO DO TRABALHO COMO FUNÇÃO DE ESTADO

A Inspeção do Trabalho é atribuição da União (art. 21, XXIV, da Constituição Federal) e compromisso internacional assumido pelo Brasil ao ratificar a Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Exercida pela carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho, típica de Estado e que deve atuar com independência técnica, livre de influências externas indevidas.

Essa missão se ancora em valores que a ANAFITRA considera inegociáveis. O primeiro deles é a dignidade da pessoa humana, ao lado do valor social do trabalho, fundamentos da República inscritos no art. 1º da Constituição. Deles decorrem o compromisso com a erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, o combate permanente às fraudes e irregularidades nas relações de trabalho e os direitos devidos da regularização do vínculo empregatício que impõe o cumprimento imediato de obrigações como o registro em carteira, o pagamento do salário integral e os depósitos do FGTS.

Igualmente essenciais são a promoção da segurança e da saúde no trabalho, a prevenção de acidentes e adoecimentos ocupacionais, o enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual, a inclusão da



pessoa com deficiência e a aprendizagem profissional. Nada disso se sustenta sem a independência técnica e a autoridade dos Auditores-Fiscais do Trabalho nem fora do Estado Democrático de Direito, da legitimidade do processo eleitoral e do respeito às instituições.

A ANAFITRA destaca, ainda, a importância da soberania nacional e da justiça social, compromissos indissociáveis entre si e da própria missão da Inspeção do Trabalho. Enquanto expressão e instrumento do regime democrático, faz-se essencial assegurar a capacidade de o nosso país definir, com autonomia, seu patamar de proteção social, com base no primado do trabalho e na garantia de uma existência digna para todos.

COMPROMISSOS DEFENDIDOS PELA ANAFITRA

À luz desses valores, a ANAFITRA afirma publicamente as pautas que considera essenciais para o próximo ciclo político, a começar pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada semanal, sem redução salarial. A Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, que assegura dois dias de descanso semanal e reduz a jornada de 44 para 40 horas, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em maio de 2026 e pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em setembro de 2026, restando a votação em Plenário.

A experiência cotidiana da fiscalização confirma o que a ciência já demonstrou: jornadas extenuantes e descanso insuficiente elevam o risco de acidentes, de adoecimento físico e mental e de morte no trabalho. O descanso é medida de proteção essencial para a saúde e segurança. O tempo livre é também condição para a convivência familiar, a formação, o lazer e o pleno exercício da cidadania.

A mesma convicção orienta a defesa intransigente dos direitos trabalhistas. Os direitos previstos no art. 7º da Constituição e na legislação do trabalho constituem patamar civilizatório mínimo e conquista histórica da sociedade brasileira. Por isso, a ANAFITRA rejeita propostas que fragilizem essa proteção, ampliem a precarização ou tratem direitos sociais como mero custo a ser eliminado.

Esses direitos dependem de instituições capazes de assegurá-los. Neste sentido, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Inspeção do Trabalho formam um sistema integrado e o enfraquecimento de qualquer deles compromete a proteção aos direitos sociais fundamentais do trabalhador e a efetividade do cumprimento da legislação laboral.



Direitos sem fiscalização, contudo, não se realizam. A consequência necessária de todas essas pautas é a ampliação do corpo fiscal do Estado. Uma eventual mudança constitucional da jornada, em especial, só terá efeito real se houver fiscalização capaz de garantir sua aplicação em todo o território nacional.

A posse de novos Auditores-Fiscais, após o Concurso Nacional Unificado, elevou o efetivo para cerca de 2,7 mil profissionais. O avanço é importante, mas insuficiente: a carreira tem aproximadamente 3,6 mil cargos, e o parâmetro de referência da OIT para o Brasil aponta a necessidade de ao menos 5,5 mil Auditores em atividade.

A ANAFITRA defende, assim, o provimento integral dos cargos vagos, com a nomeação dos aprovados em cadastro de reserva, e a criação de novos cargos em número compatível com a força de trabalho do país, como determina o art. 10 da Convenção nº 81 da OIT. Defende também a realização regular de concursos públicos que reponham as aposentadorias, a garantia de orçamento, estrutura e segurança às ações fiscais, sobretudo em áreas rurais e remotas, e a preservação da independência técnica da Inspeção do Trabalho, sem instâncias de interferência sobre suas decisões.

UM CHAMADO AO VOTO CONSCIENTE

A ANAFITRA convida cada eleitor e cada eleitora a conhecer as propostas e o histórico de votação de candidatos e candidatas antes de decidir seu voto. Que se pergunte, diante de cada candidatura, qual é sua posição sobre a jornada de trabalho, sobre os direitos trabalhistas, sobre a Justiça do Trabalho e sobre o fortalecimento da fiscalização.

O voto também é um instrumento de construção de um país em que o trabalho seja fonte de dignidade, e não de adoecimento, exploração ou morte. Que a escolha de cada um e de cada uma esteja à altura desse compromisso.

A ANAFITRA reafirma, ainda, seu respeito incondicional ao resultado das urnas e à Justiça Eleitoral, e seu repúdio a toda forma de violência política e de desinformação.

Pelo trabalho digno, decente e pelo respeito à democracia!

Saudações ANAFITRIANAS!

Brasília, 1º de outubro de 2026.

Coordenação Executiva Nacional da ANAFITRA